

RECURSO ESPECIAL Nº 1.849.544 - RJ (2019/0346928-3)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**
ADVOGADOS : **JAYME SOARES DA ROCHA FILHO - RJ081852**
 : **LEONARDO BRUNO BRIZZANTE CUPELLO - RJ100439**
 : **LUANNA BARONE GIGLIO CORDEIRO - RJ174799**
RECORRIDO : **SEVERINO MAXIMINO DUARTE**
ADVOGADO : **JANAI ALMEIDA DE SOUZA - RJ155598**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. SENTENÇA (INDEX 394), QUE JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO PARA: (I) CANCELAR OS DÉBITOS RELATIVOS À COBRANÇA DE TARIFA DE ESGOTO; CONDENAR A RÉ (II) À RESTITUIÇÃO, EM DOBRO, DOS VALORES INDEVIDAMENTE COBRADOS E PAGOS A TÍTULO DE TARIFA DE ESGOTO PELO AUTOR, E; (III) AO PAGAMENTO DE R\$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS) PELOS DANOS MORAIS CAUSADOS. RECURSO DA RECLAMADA PARCIALMENTE PROVIDO PARA JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTES OS PEDIDOS E: (I) DETERMINAR A COBRANÇA DE TARIFA DE ESGOTO PROPORCIONAL A 50% DA INTEGRAL; (II) CONDENAR A DEMANDADA À DEVOLUÇÃO DOS VALORES COBRADOS E PAGOS PELO REQUERENTE, PROPORCIONALMENTE A 50% DO SERVIÇO PRESTADO, DE FORMA SIMPLES, OBSERVADA A PRESCRIÇÃO DECENAL; (III) JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. A controvérsia está relacionada à possibilidade da cobrança de tarifa de esgotamento sanitário pela Concessionária, em caso de parcial prestação do serviço. Quanto à possibilidade da cobrança de tarifa de esgoto, a matéria foi apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Resp. nº 1.339.313/RJ, submetido ao processamento de Recurso Repetitivo. No entanto, s.m.j., há manifestação do Colendo Supremo Tribunal Federal no sentido de que a contraprestação relativa ao serviço de fornecimento de água e esgoto ostenta natureza de tarifa. Desta forma, se o serviço não é prestado em sua plenitude, a contraprestação paga pelo consumidor, s.m.j., não pode ser a tarifa integral de esgotamento sanitário. In casu, a perícia constatou que a Demandada não coleta o esgoto produzido pelo Requerente, contudo, afirmou que os efluentes oriundos do imóvel do Autor são lançados na rede coletora de águas pluviais (GAP). A fim de se preservar a manutenção do equilíbrio contratual e impedir o enriquecimento sem causa da concessionária de serviço público, deve-se cobrar tarifa proporcional ao serviço, equivalente a 50% (cinquenta por cento) da tarifa integral. A repetição do indébito, da mesma forma, é

devida, devendo ocorrer de forma simples, na forma da Súmula 331 deste Tribunal. A propósito, o Verbete da Súmula nº 85 desta Corte: 'Incabível a devolução em dobro pelo fornecedor e pela concessionária, se a cobrança por eles realizada estiver prevista em regulamento, havendo repetição simples do indébito'. Igualmente, a devolução dos valores fica limitada à prescrição decenal, nos termos do art. 205, do Código Civil. Quanto ao pedido de compensação por danos morais, a mera cobrança indevida do valor referente à tarifa de esgoto configura, s.m.j., mero aborrecimento comum à vida cotidiana. Não se vislumbra qualquer ofensa a direitos da personalidade do Consumidor que dê ensejo à compensação por danos morais. Aplicável, ao caso em exame, a Súmula nº 75, desta Corte: 'O simples descumprimento de dever legal ou contratual, por caracterizar mero aborrecimento, em princípio, não configura dano moral, salvo se da infração advém circunstância que atenta contra a dignidade da parte'. Precedentes" (fls. 467/469 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 505/514, e-STJ).

As razões do recurso especial a recorrente aponta violação dos arts. 927, 489, § 1º, e 1.022, inciso II, do Código de Processo Civil de 2015, 9º do Decreto nº 7.217/2010 e 3º da Lei nº 11.445/2007.

A matéria delimitada no presente recurso diz respeito à cobrança de tarifa do serviço de saneamento básico - água e esgoto. A recorrente sustenta, em síntese, legalidade da cobrança da tarifa.

É o relatório.

DECIDO.

A matéria se insere na competência das Turmas integrantes da Egrégia Primeira Seção, conforme disposto no art. 9º, § 1º, X, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

A propósito:

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA INTERNA. PRIMEIRA E QUARTA TURMAS DESTA E. STJ. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. PREÇO PÚBLICO. TARIFA. ART. 9º, § 1º, INCISO X, DO RISTJ. COMPETÊNCIA DA E. PRIMEIRA SEÇÃO.

I - Compete à e. Primeira Seção desta c. Corte Superior processar e julgar recurso especial cuja relação jurídica litigiosa versa sobre preço público (art. 9º, § 1º, inciso X, do RISTJ).

II - Na espécie, cuida-se, originariamente, de ação ordinária proposta por particular contra a Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE - , na qual se pleiteia a nulidade da cobrança de preço público, na modalidade de tarifa, afirmada ilegal e abusiva, bem como o restabelecimento do serviço de água no domicílio da demandante.

III - Precedentes aplicáveis: CC 43324/RJ, Corte Especial, Rel. Min. Peçanha Martins, DJ de 5/2/2007; AgRg no REsp 985.522/RS, 1ª Turma,

Superior Tribunal de Justiça

Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 19/2/2009; AgRg no Ag 1.084.537/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe de 18/2/2009; AgRg no Ag 1.004.001/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. Denise Arruda, DJe de 11/2/2009; REsp 1.062.975/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe de 29/10/2008; AgRg no REsp 1.081.718/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, DJe 29/10/2008; AgRg no REsp 1.027.844/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJe de 23/6/2008; REsp 595.119/RJ, 2ª Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ 5/3/2007. Conflito conhecido para se declarar a competência da e. Primeira Seção" (CC 102.588/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, CORTE ESPECIAL, julgado em 01/04/2009, DJe 20/04/2009).

Ante o exposto, determino a remessa dos autos à Coordenadoria de Classificação de Processos Recursais para a redistribuição do feito a uma das Turmas integrantes da Primeira Seção.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator